

ORGANIZADORES

Tiago Lemões¹

Guilherme Aderaldo²

Gleicy Silva³

Apresentação

A METAFÍSICA ESTATAL EM DECOMPOSIÇÃO: UMA APRESENTAÇÃO DE NOVOS ESTUDOS EM ANTROPOLOGIA DO ESTADO

¹ Universidade Católica de Pelotas/UCPEL

² Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

³ Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

“Como o projeto do Estado é sempre um projeto inacabado, ele é mais bem observado nas margens, mas essas margens não são apenas lugares periféricos – elas correm para o corpo da organização como os rios que atravessam um território”.

Veena Das ([2006]2020).

Gestado no alvorecer de clássicas incursões etnográficas protagonizadas por nomes como Evans-Pritchard (1940), Max Gluckman (1963) e Pierre Clastres (1974), o campo do que hoje denominamos “Antropologia do Estado” divide sua conformação inicial com os estudos sobre sistemas políticos em sociedades tradicionais, notadamente os realizados por pesquisadores europeus em África e América do Sul. Nestas experiências, o fenômeno estatal aparece como parte de uma reflexão a respeito do grau de presença, formação ou conjuração do poder centralizado em sociedades sem Estado.

Tais indagações não tardaram a produzir estranhamentos analíticos importantes, ao impulsionarem questionamentos sobre a emergência, constituição e influência do próprio Estado moderno para além do mundo ocidental.

Uma compreensão decisiva foi se delineando: o Estado começa a ser apreendido, na percepção de Salvador Schavelzon (2010), como um fenômeno cultural semelhante a qualquer sistema político tribal. O que, à primeira vista, aproxima-se de uma constatação modesta, vai aos poucos revelando a sua potência analítica ao colocar em xeque a superioridade atribuída à racionalidade das normas burocráticas. Assim, desde George Steinmetz (1999), os questionamentos mais profícuos têm sido aqueles que incidem sobre a própria categoria “Estado” e seus efeitos de poder legítimo, tomando-os definitivamente como parte de um fenômeno a ser analisado pela antropologia desde as práticas culturais cotidianas que o produzem e que permitem visualizar, analiticamente, a sua decomposição em complexas relações de poder.

Com efeito, são cada vez mais expressivos os estudos que iluminam a incidência dos artifícios de centralidade, coesão e transcendência estatal sobre a configuração das relações políticas e sociais em diferentes contextos. Ao mesmo tempo, exploram-se os mecanismos de legibilidade, captura, domesticação e produção discursiva de “coletividades selvagens”, “indóceis” e “ameaçadoras” a serem implacavelmente enquadradas nos limites do Estado (LEIRNER, 2012; SCOTT, 2013) e definidas por representantes de “missões civilizadoras” como destituídas de plenos atributos necessários à vida cívica ou possuidoras de um conhecimento imperfeito da realidade social (SOUZA LIMA, 2012). Esse conjunto de abordagens comunga abertamente com as convicções de Timothy Mitchell (2015) sobre a missão da Antropologia do Estado, que seria a de não apenas refutar a metafísica estatal, mas ex-

plicar como se produz o efeito compósito, coeso e estrutural tão característico dos Estados modernos – o que também nos permite olhar com estranhamento para valores, moralidades, condicionalidades, saberes, representações e definições que criam efeitos duradouros não apenas de coesão, mas de legitimidade da gestão de populações historicamente perseguidas e violentadas pelo poder estatal.

Numa avaliação próxima à de Mitchell (2015), Abelès (2012, p. 138) defende que uma das missões contemporâneas da antropologia é, justamente, “dessacralizar o Estado”. Desde esse ponto de inflexão, as abordagens antropológicas sobre o Estado vêm se diversificando, em diálogo constante com as produções no campo da antropologia política, jurídica e documental. Tal pluralidade aglutina-se em etnografias sobre as estratégias pelas quais se produzem condutas e subjetividades a partir de documentos, cartilhas, manuais de formação e capacitação política voltadas aos “novos sujeitos de direitos” (PEIRANO, 2009; TEIXEIRA, 2012; FERREIRA, 2015); as moralidades, os valores e as sensibilidades que perpassam relações entre agentes estatais e populações-alvo de políticas públicas diversas (SHORE, 2010; SOUZA LIMA e CASTRO, 2015); a articulação entre discursos estatais humanitários e engajados com os direitos humanos e as práticas de subjugação e violência contra determinadas populações (AGIER, 2008; FASSIN, 2014; RUI, 2014; FARIAS, 2014; LACERDA, 2015) e de forma predominante nos debates atuais: os estudos sobre processos de produção das margens estatais, suas dinâmicas de colonização normativa e formas de regulação produzidas por relações complexas entre o legal e o ilegal (DAS e POOLE, 2004; DAS, [2006] 2020).

Contudo – e como era de se esperar – reunimos, neste dossiê, um conjunto de etnografias direta e indiretamente situadas em realidades políticas marcadas pela consolidação histórica e pós-colonial das sociedades latino-americanas. Isso significa que, na América Latina, como em outros cenários açambarcados pela produção de múltiplas desigualdades, é impossível acercar-se do fenômeno estatal sem pontuar a continuidade de mecanismos raciais e patriarcais de dominação e de seus reversos: as resistências e enfrentamentos estratégicos. Neste ponto, a orientação de Akhil Gupta é inspiradora: em contexto pós-colonial, uma antropologia do Estado também deve considerar o legado do saber ocidental sobre o Estado e o imperialismo de certas categorias como estado/sociedade civil, questionando o seu impacto na configuração cultural do fenômeno estatal desde os intentos de universalização e naturalização de uma experiência histórica europeia (GUPTA, [1999]2015).

Muito embora esta não seja uma filiação teórica declarada na totalidade dos artigos aqui apresentados, é de forma latente que a discussão se faz presente, quando as autoras e autores nos conduzem aos modos de gestão da diversidade em políticas de reparação da violência estatal, à complexidade de repertórios cosmopolíticos de aproximação/neutralização das forças estatais, à potência estético-política de protestos juvenis, do ativismo em nome da proteção animal, dos debates de gênero em torno da guarda compartilhada e da maternidade em contexto de aprisionamento de vidas periféricas, à ação cotidiana de políticas de redistribuição de renda na vida de mulheres em situação de pobreza extrema e até mesmo à

fugacidade de existências que, pelas mãos do Estado, vivem e morrem nas ruas dos grandes centros urbanos. Assim, ao etnografar as práticas cotidianas de operação do poder estatal, as autoras e autores não ancoram suas reflexões sobre um Estado homogêneo, asséptico e universal, mas o decompõem expondo sombras, brechas e incertezas que o localizam entre as veias abertas do Sul global.

Não por acaso, abrimos este dossiê com um artigo assinado por Juan Pablo Estupiñán, intitulado *La gestión estatal de la diversidad: enfoque diferencial en la política de reparación a las víctimas afrocolombianas*. Atento à implementação de uma política pública de reparação voltada a comunidades negras, vítimas do conflito armado na Colômbia, Estupiñán expõe uma complexa trama de classificações normativas em torno de noções como “diferença cultural” e “enfoque diferencial”, negociadas ao longo de todo o processo nacional e local de discussão, definição de instituições responsáveis e aplicação da política. Um dos pontos altos do texto é a reflexão sobre a gestão estatal do multiculturalismo, com especial atenção ao modo pelo qual a diferença cultural vai sendo lapidada pelo tecnicismo das metas e normas burocráticas, anestesiando demandas, princípios e até subjetividades marcadas, desde a década de 1990, pela disputa territorial entre paramilitares e forças estatais.

Após ser destrinchado em sua dimensão técnica e normativa em contexto de políticas de reparação, o Estado é analiticamente implodido por Ana Letícia Fiori a partir de três momentos de trabalho de campo entre os Sateré-Mawé, povo tupi habitante da região do Baixo Amazonas. Com maestria, a autora percorre conferências nacionais, feiras culturais e secretarias municipais para expor e analisar a complexidade dos processos de morfogênese e captura do Estado e de coletivos indígenas. Em diálogo teórico travado principalmente com Veena Das e Marilyn Strathern, Fiori mostra como os Sateré-Mawé operam modos de captura de forças estatais externas, em curioso processo de canibalização do Estado, traduzido na percepção de que o “Estado também é uma totalidade aberta, ‘um projeto inacabado’ nos termos de Veena Das, que pode ser atraído para devires indígenas” (FIORI, 2021, p54).

A potência estético-política de um levante protagonizado pela juventude peruana é objeto de análise no artigo assinado por Orietta Marquina Veja. As narrativas políticas analisadas pela autora decorrem de protestos ocorridos no interior e na capital peruana em novembro de 2020, quando jovens saíram às ruas contra a destituição do presidente Martín Vizcarra e sua substituição provisória por Manuel Merino. Contra esse redirecionamento estratégico em benefício de certas forças políticas do Congresso, o vertiginoso movimento juvenil, conhecido como a “Geração do Bicentenário”, foi o principal responsável pela queda de Merino. Conforme a autora, os dispositivos estéticos mobilizados pelo protagonismo juvenil potencializaram forças de visibilização que configuram a própria condição juvenil na contemporaneidade e, por isso, não devem ser vistos como acidentais, marginais ou acessórios ao discurso político, mas constituintes deste mesmo discurso.

O movediço território de produção do Estado é explorado por Diego Breno Leal Vilela, em seu artigo sobre ativismo em nome da proteção animal, encabeçado principalmente por interlocutoras de Recife - PE. O autor persegue os processos pelos

quais ativistas inserem suas pautas e reivindicações na agenda do Estado, buscando compreender como as políticas públicas de proteção animal têm sido formuladas e implementadas, quais as estratégias e repertórios de mobilização dos ativistas e como estes sujeitos têm firmado relações com agentes da administração pública. Mais do que isso, o autor ressalta a pertinência dos casos em que ativistas não apenas passam a demandar responsabilização do Estado, mas a adentrar a administração pública e seus espaços decisórios de poder. Com isso, argumenta o autor, é possível “trazer à tona elementos que nos permitam compreender não apenas como o Estado se movimenta e se produz, mas como os próprios ativistas se movimentam para ‘fazer o Estado’ (VIANA, 2013) ou fazer o Estado fazer” (VILELA, 2021, p79).

No próximo artigo, nossa atenção é deslocada para uma discussão sobre gênero, direito e cuidado. Analisando práticas de implementação da guarda compartilhada e da “paternidade responsável” em uma Vara de Família na cidade de Maceió, no estado de Alagoas, as autoras Anabelle Lages, Débora Allebrandt e Raphaela Calheiros identificam a permanência de um modelo nuclear de família em discussões sobre “paternidade responsável”, através do debate sobre concepções como “lugar de mulher”, “essência do feminino” e “sensibilidade”. Considerando a predominância de mulheres no campo de pesquisa, as autoras exploram os desafios colocados por noções hegemônicas de gênero na implementação da guarda compartilhada, destacando a ingerência de estereótipos sobre “competências femininas” e suas “sensibilidades” na definição de um exercício incondicional, pleno e compulsório da maternidade, ao passo que a paternidade se apresenta em constante redefinição conforme as possibilidades negociáveis de papéis e atribuições masculinas – a despeito das formalidades e neutralidades proclamadas pelo Poder Judiciário.

Em outro campo de pesquisa, a maternidade segue em discussão no texto de Luiza Oliveira e Miriam Vieira, por meio de etnografia realizada na Unidade Materno Infantil do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (PEFMP), em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Através de entrevistas e observação participante, as autoras identificam particularidades da maternidade em contexto carcerário, enfocando práticas e relações de hierarquia, desigualdade e afetividade entre detentas (grávidas e com bebês recém-nascidos) e técnicas do presídio. Com observação e escuta, as autoras reúnem biografias e experiências moldadas pelo poder punitivo, por situações de disciplinamento ilegal de corpos e condutas e, de forma ambígua, por resistências discursivas, vínculos de afeto e práticas de acolhimento balizadas por expectativas de gênero. Deste modo, Oliveira e Vieira evidenciam o caráter movediço do Estado, atentando para a dimensão negociada e incerta da hierarquia e da dominação.

Na sequência, nos deparamos com duas etnografias do Estado desde uma perspectiva documental. Na primeira, a virtualização dos processos judiciais no Brasil é discutida por Lucia Sestokas, com especial atenção à justiça criminal e à implementação de audiências por videoconferências. Articulando dados etnográficos e análise de documentos em portais oficiais do sistema judiciário, a autora identifica e discute algumas disputas em torno da virtualização, enfatizan-

do a negociação de noções como neutralidade e eficiência. Perseguindo os modos de operação das tecnologias nas práticas estatais, Sestokas argumenta que os contraditórios mecanismos de atuação estatais se modificam constantemente, produzindo novas formas de documentação, acesso e vigilância. Em seguida, Carmen Janaina Machado e Renata Menasche problematizam o papel dos documentos na vida cotidiana de mulheres camponesas beneficiárias do Programa Bolsa Família, no município de Canguçu, interior do Rio Grande do Sul, ressaltando a ambiguidade de efeitos postos em movimento pelo arsenal documental: inclusão, cidadania, violência, controle e disciplinamentos.

Vida, morte, luto e mobilização social são eixos analíticos que atravessam a discussão promovida no artigo de encerramento deste dossiê. Apresentando três casos de morte entre pessoas em situação de rua, registrados em Porto Alegre durante trabalho de campo, Calvin Furtado analisa as particularidades do morrer nas ruas e a organização da luta política por reconhecimento social propiciada pela experiência do luto coletivo. Em diálogo com Michel Foucault e Achille Mbembe, Furtado explora, ainda, os traços de hierarquia e diferenciação operados pelo racismo de Estado enquanto tecnologia de governo e de exposição de populações ao mundo da morte. Ao destrinchar os traços necropolíticos de uma longa experiência de extermínio marcada pelo poder colonial, o autor reforça o argumento de uma literatura recente sobre o tema, responsável por lançar mão da teoria pós-colonial para analisar vida e morte nas ruas e compreender a população em situação de rua como um contingente historicamente expulso do projeto humanista, condenado ao extermínio, à indiferença e às classificações depreciativas (LEMÕES, 2017; 2018; 2020; SCARANO e LEMÕES, 2021), formuladas e atualizadas pela “racionalização estatal que desumaniza sujeitos e populações e faz do extermínio uma política complexa e permanente que tem a morte como seu principal horizonte” (CASSAL e FERNANDES, 2020, p. 101).

É perceptível aos leitores e leitoras, já nesta breve apresentação, que muito é dito sobre o Estado, de muitas formas e por muitos caminhos neste dossiê. E não esperávamos menos que isso: a consolidada e sempre reiterada metafísica estatal é decomposta, questionada, exposta e analisada em seus múltiplos efeitos de poder. Esse é o resultado extremamente contributivo quando antropólogos e antropólogas competentes acercam-se da vida cotidiana do Estado para mostrar como suas práticas e discursos lapidam a diferença através do tecnicismo e da burocracia, produzem e movimentam o Estado em complexas correlações de forças, reproduzem estruturas patriarcais – camuflando-as em suas formalidades e rituais de neutralidade e universalidade – ou mesmo expõem suas fronteiras sempre abertas, inacabadas e vulneráveis a outros devires igualmente potentes.

Esperamos, assim, que as contribuições formuladas neste dossiê possam inspirar e abrir caminhos a novos horizontes de reflexão sobre a complexidade do fenômeno estatal.

A todas e todos, uma ótima leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉS, Marc. *Anthropologie de la globalization*. Paris, Ed. Petite Bibliothèque Payot, 2012.

AGIER, Michel. *Gerer les indésirables. Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris: Flammarion, 2008.

CASSAL, Milena; FERNANDES, Talita. "A população negra em situação de rua e a Covid-19: vidas negras importam"? *Tessituras: revista de antropologia e arqueologia*, v. 8, p. 97-104, 2020.

CLASTRES, Pierre. *La société contre l'État*. Paris: Les Éditions de Minuit, [1974] 2011.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. *State and its Margins*. In: DAS, V. e POOLE, D. (Orgs). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2020.

EVANS-PRITCHARD, Edward. *The Nuer: a description of the Modes of livelihood and political institutions of a nilotic people*. Oxford: Clarendon Press, 1940.

FARIAS, Juliana. *Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2014.

FASSIN, Didier. "Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França". *Ponto Urbe*, n.15, 2014.

FERREIRA, "Letícia. *Formalidades, moralidades e disputas de papel: a administração de casos de crianças desaparecidas no Rio de Janeiro*". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v.8, n.2, 2015.

GUPTA, Akhil. *Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado*. In: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. *Antropologia del estado*. México, FCE, 2015.

GLUCKMAN, Max. *Order and Rebellion in Tribal Africa*. London: Cohen and West, 1963.

LACERDA, Paula. *Meninos de Altamira: violência, luta política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LEMÕES, Tiago. *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

LEMÕES, Tiago. "O lado brutal da modernidade e a produção histórica da mendicância como argumento para a violência estatal no Brasil". *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, v. 2, p. 126-161, 2018.

LEMÕES, Tiago. "Nos limites da humanidade: necropolítica, direitos humanos e ilegitimidade estatal no Brasil". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.123, p. 27-46, 2020.

LEIRNER, Piero. "O Estado como fazenda de domesticação". *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 4, n.2, p. 38-70, 2012.

MITCHELL, Timothy. Sociedad, economía y el efecto estado. In: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. Antropologia del estado. México, FCE, 2015.

PEIRANO, Marisa. "O paradoxo dos documentos de identidade: relatos de uma experiência nos Estados Unidos". Horizontes Antropológicos, v. 15, n.32. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 53-80.

RUI, Taniele. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SCARANO, Renan; LEMÕES, Tiago. "Direitos Humanos para quais humanos? Um diálogo transversal entre as noções de biopolítica, tanatopolítica e necropolítica". Revista Direitos, Trabalho e Política Social, v. 7, p. 228-246, 2021.

SHORE, Cris. "La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la formulación de las políticas". Antípoda, n. 10, 2010.

SCHAVELZON, Salvador. "Antropología del Estado, su lugar, algunas problemáticas". PUBLICAR - Año VIII No IX - Junio de 2010.

STEINMETZ, George. Introduction. Culture and the State. In: Steinmetz, G. (Ed), State/Culture. State Formation after the cultural Turn (pp.1-49). London: Cornell University Press, 1999.

SCOTT, James. Zomia. Ou l'art de ne pas être gouverné. Paris: Editions Seuil, 2013.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. "O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo". Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2012, v. 55, n.2.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; CASTRO, João Paulo. "Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s)". Revista Antropológicas, ano 19, 26(2):17-54, 2015.

TEIXEIRA, Carla. "A produção política da repulsa e os manejos da diversidade na saúde indígena brasileira". Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2012, v. 55 n. 2